

O governo João Goulart e o empresariado industrial: tensões e rupturas na última valsa do social-desenvolvimentismo no Brasil (1961-1964)

Rafael Moraes
UNICAMP/SP-Brasil

Resumo

O trabalho aqui desenvolvido tem como objetivo apresentar as tensões envolvendo o governo João Goulart (1961-1964) e uma parcela fundamental do empresariado industrial brasileiro, concentrada sob as hostes da FIESP. Através dele procura-se demonstrar as dificuldades inerentes ao modelo de desenvolvimento proposto pelo presidente em seu breve governo, a partir das ações e reações do empresariado industrial. Neste sentido, conclui-se que a ausência do apoio industrial, tão caro à estratégia de desenvolvimento empenhada pelo presidente, foi crucial para seu malogro final.

Palavras chaves

Governo João Goulart, empresariado industrial, crise, reformas.

Abstract

The work done here aims to present the tensions involving the government of João Goulart (1961-1964) and a fundamental part of the Brazilian industrial business, concentrated in the hosts FIESP. Through it seeks to demonstrate the difficulties inherent in the development proposed by the president in his brief rule, from the actions and reactions of the industrial business. In this sense, is possible to conclude that the lack of industrial support, so important to the development strategy of the president, was crucial to its ultimate failure.

Key words: Government João Goulart, industrial business, crisis, reforms.

Introdução

O período de que trata o presente trabalho – setembro de 1961 a março de 1964 – compreende o governo liderado pelo presidente João Belchior Marques Goulart, que pode ser dividido em duas fases: parlamentarista e presidencialista. O mesmo inicia-se sob forte tensão política após a renúncia do presidente eleito em 1960, Jânio Quadros. A relutância de setores militares em aceitar a posse constitucional do vice-presidente João Goulart, obriga-o a assumir a presidência com poderes reduzidos, diante da instauração, às pressas, de regime parlamentarista. Tal regime permanece até janeiro de 1963, quando em plebiscito é decidido o retorno ao presidencialismo. Assim, após três gabinetes parlamentaristas – Tancredo Neves (PSD/MG – 09/61-06/62), Francisco Brochado da Rocha (PSD/RS – 07/62-09/62) e Hermes Lima (PTB/GB – 09/62-01/63) – o presidente João Goulart assume o comando do país, com plenos poderes, em 24 de janeiro de 1963. Em 1º de abril de 1964, um golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas Nacionais depõe o presidente Goulart, encerrando este conturbado período.

Na área econômica, os anos aqui estudados constituem parte de um interregno entre o sucesso do Plano de Metas (1955-1960) e o áureo período do “Milagre Econômico” (1968-1973), sendo marcado por grave crise. O Produto Interno Bruto (PIB), que nos seis anos anteriores (1956-1961) havia crescido em média 8,2% ao ano, cresceu de 1962 até 1964, em média 2,6% ao ano. Por seu turno, a inflação, medida pelo IGP-FGV que havia registrado aumento de 28,7% em 1960 elevou-se para mais de 90% em 1964, tendo sido reduzida para 28,4%, apenas em 1967.

Outra característica marcante da crise econômica vivida no período foi o descontrole das contas pública e externa. Neste sentido, a existência de déficits em transações correntes, que remontavam à década de 1950, apresentava forte empecilho à continuidade do processo de desenvolvimento do País, pois impossibilitava a ampliação das importações de bens de capital e de insumos à indústria nacional. Por seu turno, a necessidade de constantes apelos a empréstimos internacionais, visando a sanar a escassez de divisas do país, o tornava cada vez mais dependente de seus credores externos, o que lhe gerava restrições no que

tange à elaboração de suas políticas econômicas. Durante os anos do período abordado, o país só apresentou superávits em transações correntes em 1964, devido, principalmente, à redução das importações, consequência do desaquecimento do mercado interno. Durante todo o governo Goulart, no entanto, a ocorrência de sucessivos déficits correntes contribuiu para ampliar o desequilíbrio das contas externas.

Nas contas internas, o Governo Central apresentou déficit durante todo o período. Durante os cinco anos do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, tal déficit havia ficado próximo de 2% do PIB, nos anos do Governo Goulart, o mesmo alcançou a faixa de 4% do PIB, para recuar até uma média de 1,5% nos anos Castello Branco.

Diante deste quadro fez-se latente a percepção de que o crescimento da economia poderia ser retomado somente se uma série de ajustes e reformas fosse realizada. A partir desta constatação não é difícil entender a razão pela qual o governo de João Goulart esteve durante toda a sua existência, envolto em medidas e projetos de contenção de crises políticas e econômicas. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, apresentado por João Goulart em 1963 e o programa de “Reformas de Base” discutido durante todo o período constituem-se nos arquétipos melhor estruturados das ações e projetos deste governo. O insucesso destas medidas, e consequentemente do governo, em estancar, ou ao menos frear, as crises política e econômica, deflagraram o trágico fim de 1º de abril de 1964.

O rápido êxito dos governos militares em conter o processo inflacionário e retomar o crescimento da economia nacional ajudou a consagrar, entre os analistas do período, a tese de que teria sido o governo João Goulart inepto, ineficiente, confuso e irregular dentre uma série de outros adjetivos, que explicariam sua dificuldade em lidar com a crise. Muitos trabalhos, mesmo mais recentes apontam o suposto comportamento errático do presidente como uma vertente protagonista do insucesso de seu governo.

Nos últimos anos, alguns estudos de história econômica têm se debruçado sobre o tema com outro olhar, visando a apontar outra interpretação para os acontecimentos do período em questão. Estes estudos, partindo de um ponto de vista menos centrado na ação do

Estado, apresentam resultados diferentes da literatura econômica tradicional. Em suas conclusões, o governo Goulart aparece não como errático ou inepto, mas sim como coerente diante de um modelo de ações e reações, frente a estímulos advindos de sua relação com a sociedade civil.

Neste artigo, nos propomos a retomar o estudo deste período tomando como proposta metodológica a análise das relações do governo Goulart com a sociedade civil organizada, especificamente, neste caso, com o empresariado industrial. Parte-se do pressuposto de que, diferente do que sugere a maior parte dos estudos nesta área, as ações do poder público não são isoladas ou independentes das ações da sociedade civil. Pelo contrário, em muitos casos - na maior parte deles - o peso e a influência deste organismo social têm papel crucial, seja no conteúdo das ações públicas, seja na concretização de seus resultados. Em outras palavras, a ação da sociedade civil, pode não apenas influenciar uma tomada de decisão do governante, como também inviabilizar o êxito de uma política sua, que a afronte.

Em síntese, podemos afirmar ser incompleto, ou ao menos parcial, um estudo de História Econômica centrado apenas nas ações do poder público, que não leve em conta seus aspectos condicionantes e condicionados, oriundos de sua relação com a sociedade civil. Como dito, o agente público, apesar de constituir-se no executor das políticas econômicas, não existe como um ente isolado. Suas ações originam-se no cerne de suas relações com os demais espectros da sociedade. Da mesma forma, os resultados obtidos por suas políticas são fortemente determinados não apenas por suas intenções, erros ou acertos, mas especialmente pela maneira como são recebidas e assimiladas pelos agentes sociais. Neste sentido, a percepção, reação e ação do empresariado industrial, classe fundamental na escalada do desenvolvimento capitalista, diante das ações públicas, constituem um aspecto fundamental para a interpretação dos êxitos ou fracassos das políticas econômicas de um período.

Neste contexto, fica delimitado o objetivo deste artigo como sendo a análise da relação entre o governo João Goulart e o empresariado industrial, buscando os possíveis reflexos desta relação nas políticas

econômicas do governante, bem como nos resultados das mesmas. Propõe-se desta maneira a realização de um trabalho de corte historiográfico, alternativo àqueles que centram-se nas ações do chefe do executivo como objeto de análise. Considera-se, que até então, a literatura econômica acerca do assunto não tenha dado a devida importância ao papel desempenhado pelas ações e reações de grupos sociais, como o empresariado, nos desdobramentos políticos e econômicos do período estudado.

O caminho utilizado para viabilizar a concretização desta análise será o estudo do discurso dos industriais frente às ações do presidente. Postula-se aqui que tais discursos contêm em suas linhas e entrelinhas o posicionamento deste setor contrário ou favorável a tais ações. No caso em tela, faremos um rastreamento nos discursos analisados procurando aqueles que tratem dos temas aqui elencados, quais sejam: crise econômica, inflação, Plano Trienal, Reformas de base e Governo João Goulart. Desta forma pretendemos sintetizar o pensamento expresso pelos industriais, com respeito a estes temas. É perceptível que não se trata de uma análise definitiva, tendo em vista que os mesmos empresários aqui estudados podem ter expresso opinião diferente em outras ocasiões não captadas pelas pesquisas, ou mesmo, pode ocorrer que as opiniões ali expressas não representem “a opinião” empresarial. Deve ser levado em conta, no entanto que a representatividade da instituição estudada e o simples fato de os discursos aqui analisados terem sido espontaneamente publicados por ela, representa que as conclusões por meio deles obtidas representam posição que ao menos naquele momento correspondia a visão empresarial. Ademais, uma vez que as publicações possuíam nítido papel instrutivo e formador de opinião, aquilo que ali foi escrito serviu certamente de base para ação de muitos de seus leitores. Por fim, entende-se que os discursos, mesmo quando não revelam o verdadeiro teor de uma ideologia, expressam uma visão com a qual quem o pronuncia deseja ver-se relacionado. Neste sentido, o discurso público do empresariado é aqui visto como uma forma de pressão, como um mecanismo de combate que visa a influenciar e/ou direcionar as ações seja do governo, seja de seus pares industriais.

Pelas razões acima elencadas, neste trabalho optou-se por uma entidade representativa da indústria como foco de análise. Tal escolha foi realizada com base na percepção do importante papel desempenhado por estas instituições como aglutinadoras dos industriais, que tiveram grande adesão às suas fileiras durante o período abordado. A entidade escolhida foi a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A opção por esta instituição e não pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) responde à existência de graves conflitos internos neste último órgão no período, o que levou a que o mesmo não fosse reconhecido por parcela significativa do setor como representante de seus interesses de classe. Em segundo lugar, a escolha da FIESP passa pela forte liderança da indústria paulista que, então, representava mais de 50% do parque industrial do país. Por fim, como fonte para os pronunciamentos, discursos, estudos e enunciados produzidos por esta entidade será utilizado o Boletim Informativo do CIESP/FIESP, publicado por esta organização e distribuído a todos os seus associados e a outros segmentos da sociedade civil.

O Estado

Desde sua conturbada posse em 1961 até o início de 1963, quando é reinstalado o presidencialismo, Goulart teve seus poderes parcialmente diluídos nos Gabinetes parlamentaristas. Suas ações devem ser entendidas, portanto neste contexto de instabilidade e ausência de delimitação de poderes. Diante deste cenário a manutenção do conservador Ministro Moreira Salles na pasta da Fazenda é entendida como uma busca de credibilidade e legitimidade .

A política econômica da gestão Moreira Salles foi fundamentalmente conservadora, tendo como principal objetivo o combate à inflação por meio do controle dos gastos públicos e da contração do crédito, o que em alguma medida era contrarrestado pela concessão de reajustes salariais e liberação de crédito acima do estipulado. Considera-se que as políticas retracionistas da gestão Moreira Salles evitaram um descontrole ainda maior nas contas públicas. O efeito colateral desta política, no entanto, mostrou-se na redução considerável

dos investimentos públicos. A despeito destes resultados, Mesquita demonstra que as metas de controle de gastos e expansão de crédito não foram atingidas.¹⁸

Pode-se afirmar, seguindo Fonseca e Monteiro, que este início mais conservador do governo Goulart responde em parte a própria estratégia de concertação nacional, pactuada como condição para sua posse, o que lhe tolhia seriamente seus poderes, e, em parte a necessidade de legitimação do presidente junto as diversas camadas sociais que compunham a sua necessária base de apoio.¹⁹ É nítido que durante todo o período parlamentarista, o principal objetivo do presidente consistia na retomada de seus poderes constitucionais revogando a emenda parlamentarista, por meio de plebiscito.

Sob este clima de dificuldades em combater a inflação, aliado cada vez mais ao desaquecimento da economia, o presidente João Goulart teve seus poderes restituídos e definiu seu primeiro ministério presidencialista. O Ministério da Fazenda tendo ficado a cargo do esquerdista moderado Francisco de San Tiago Dantas, do PTB mineiro. A expectativa do presidente era de que livre das limitações institucionais ao poder Executivo, a gestão da crise se tornasse menos árdua.

Diante da nova configuração do poder, Goulart apresenta à Nação seu plano de desenvolvimento econômico e combate a inflação a ser aplicado durante os três anos restantes de sua gestão, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, coordenado pelo economista Celso Furtado. O Plano Trienal mesclava políticas consideradas mais conservadoras, como controle na expansão dos meios de pagamento e redução das despesas públicas, com ações que visavam o aprofundamento do processo de industrialização como a realização de investimentos para ampliar a oferta agrícola, energética e no setor de

¹⁸ Mesquita, Mario, “1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart.” *Dissertação de Mestrado*. (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

¹⁹ Fonseca, Pedro Cezar Dutra; Monteiro, Sérgio Marley M. “Credibilidade e Populismo: a política econômica dos governos Vargas e Goulart”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 59, n.2, abr./jun. 2005, p. 215-243.

transportes. Esta aparente contradição respondia a própria interpretação estruturalista da inflação na qual estava baseado o Plano. Em outras palavras, se por um lado era preciso conter de maneira emergencial os desequilíbrios externos e públicos, a definitiva superação da crise passava pelo aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial do país, por meio das reformas estruturais.

Apenas por meio deste quadro torna-se possível entendermos a consistência de metas aparentemente contraditórias, como “assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional [...] estimada em 7% anual; [...] reduzir progressivamente a pressão inflacionária [para 10% em 1965]”, criar condições para melhor distribuição da renda, ampliando os salários ao menos a taxa de produtividade do conjunto da economia, além de promover as reformas de base, com destaque para a reforma da estrutura agrária .

Desta forma, ainda que no Plano Trienal, o combate à inflação fosse apontado como prioridade, devido à situação conjuntural em se encontrava a economia nacional, não era possível, no escopo global do governo, promover o combate definitivo à inflação sem a realização das chamadas reformas estruturais . Devido a este quadro, compreende-se que a política do governo Goulart é mais bem compreendida quando se lê o Plano Trienal inserido no rol das propostas de reformas de base apresentadas pelo presidente. A concretização destas reformas, no entanto, dependia essencialmente do aval do Congresso Nacional, que resistia a rupturas mais drásticas da estrutura econômica do país.

Ao mesmo tempo em que o governo convivia com enormes dificuldades em convencer o Parlamento a acatar suas propostas de reformas, sua dificuldade em combater o processo inflacionário, aliado a percepção generalizada de que seu plano econômico, o Plano Trienal, possuía viés contracionista, reduzia drasticamente suas margens de manobra. De um lado as classes produtoras se mostravam insatisfeitas com o enxugamento do crédito e com o avanço dos movimentos grevistas. Por seu turno as organizações trabalhistas exigiam a correção de seus salários no ritmo do aumento do custo de vida e criticavam o que consideravam atos “entreguistas” do governo para com o exterior e as classes dominantes . Com o passar dos dias o governo foi ficando cada

vez mais isolado diante de uma sociedade cada vez mais polarizada. Os gestos conciliatórios do governo, como o próprio Plano Trienal, acabavam por desagradar a todos os lados. Neste contexto o programa de estabilização, contido no Plano Trienal foi abandonado, e o governo, já percebendo o canto dos cisnes de sua administração optou por também radicalizar.

Vistas como partes separadas, estas políticas de Goulart, (ao longo do regime parlamentariasta, do Plano Trienal e a defesa das Reformas) são apresentadas pela literatura tradicional como um combinado de políticas mais ortodoxas emaranhadas em ações consideradas pouco conservadoras, qualificadas de populistas e demagógicas. De modo geral estas oscilações da política econômica do governo João Goulart são vistas, por estes autores, como o reflexo de sua postura pouco hábil e de sua incapacidade de gerir o país em um período tão conturbado .

Nesta linha, abordagens como as Wells²⁰ e Serra²¹ avaliam a retração do produto após 1962, como consequência do excesso de contração do crédito, levada a cabo pelo Plano Trienal. Por seu turno, de acordo com Leff ²², foi a excessiva liberalidade com as emissões que permitiram e reforçaram o fortalecimento da escalada inflacionária. Carlos Lessa²³ avalia as políticas econômicas de João Goulart como transitórias, instáveis e sem rumos definidos. Mesmo autores que incorporaram outros agentes em sua análise, como movimentos sociais e

²⁰ Wells, John Richard, Growth and Fluctuations in the Brazilian Manufacturing Sector during the 1960s and Early 1970s. *Tese de doutoramento*: Universidade de Cambridge, 1977.

²¹ Serra, José. “Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do após guerra”. In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello y Coutinho, Renato (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 1980.

²² Leff, Nathaniel. Política econômica e desenvolvimento no Brasil, 1947-1964. São Paulo: Perspectiva, 1967.

²³ Lessa, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

empresariado, acabam resvalando na inabilidade do presidente em encontrar pactos possíveis em torno de um programa mínimo, como a explicação para o malogro de sua política econômica .

Na seção seguinte apresentamos a visão do empresariado industrial, concentrado na FIESP, e suas relações com o Governo João Goulart, de forma a referendar nossa tese de que a atuação desta classe foi de grande importância para consubstanciar as dificuldades encontradas pelo governo, diante de sua insistência em manter-se fiel ao seu plano de reformas, aparentemente contrário aos interesses desta fração de classe.

A crise e o empresariado industrial

Como já foi apresentado neste trabalho, a crise em que viu inserida a economia brasileira durante a década de 1960 sustentou-se em um tripé composto de alta inflação, déficits externos e, a partir de 1962, redução do crescimento. A FIESP/CIESP como representante da indústria paulista, que então englobava mais de 50% do parque fabril nacional, tinha por papel assessorar seus associados e refletir suas opiniões acerca dos desdobramentos desta crise. De forma a consubstanciar suas ideias, teses e políticas para o enfrentamento da mesma, estas entidades utilizavam-se não apenas do conhecimento prático do singular grupo de empresários que compunha sua diretoria, como também de técnicos – economistas e juristas, entre outros – que realizavam estudos e pareceres sob encomenda. A publicação semanal de ampla divulgação entre industriais , o Boletim Informativo do CIESP/FIESP, cumpria a função de condensar e disseminar estes estudos e interpretações a respeito dos acontecimentos pertinentes à indústria nacional. Neste boletim encontramos as opiniões dos industriais acerca de praticamente todos os acontecimentos do período atinentes à indústria, ou que sobre ela produzissem efeitos.

Para a indústria de modo geral, como apresenta Saretta²⁴, o processo inflacionário havia desempenhado importante papel durante os anos 1950. Neste momento, entretanto, o descontrole da aceleração de preços passava a produzir mais desequilíbrios que benefícios e tornava-se impossível, ou ao menos prejudicial conviver com a inflação. A FIESP/CIESP, desta forma, adota a política de apoiar medidas de contenção inflacionária. Todavia, não quaisquer medidas. Estas entidades desenvolvem e apresentam uma interpretação do descontrole inflacionário que poderia ser qualificada como monetarista clássica, não fosse sua vertente pragmática de defesa da continuidade do desenvolvimento econômico do país, especialmente no tocante à manutenção da expansão do crédito. Para estas entidades, e de certo modo para a indústria em geral, a inflação possuía características de uma inflação de demanda, fruto dos desajustes da rápida expansão industrial capitaneada pelo Estado. Este não era, entretanto o principal foco originário da inflação. As principais fontes causadoras da inflação seriam os déficits públicos e a política salarial dos governos.

No caso dos déficits, os industriais paulistas os consideravam consequência de más políticas públicas e não fruto do excesso de investimentos e financiamentos públicos. Em sua publicação Boletim Informativo, a FIESP/CIESP defendia que o déficit orçamentário era consequência especialmente de cinco fatores: “excesso de funcionalismo público; má distribuição de investimentos em obras públicas; déficit de autarquias e empresas governamentais; deficiência do organismo arrecador de tributos e despesas com viagens de turismo e com funcionários no Exterior” .

Por sua vez, a política salarial pressionava os custos elevando assim os preços industriais. Como se lê no discurso do presidente da FIESP/CIESP, Rafael Noschese, publicado em seu boletim semanal:

²⁴ Saretta, Fausto. “A reação da Confederação Nacional da Indústria ao Plano de Estabilização Monetária.” In: *Segundo Congreso Latinoamericano De Historia Económica* (Cladhe II), 2010. [Memorias del Segundo Congreso Latinoamericano de Historia Económica], Ciudad de Mexico: Cladhe, 2010. p. 1-22.

“Outro aspecto que não pode ser esquecido, no combate à inflação, é o de manter os aumentos salariais dentro dos limites de elevação do custo de vida. Qualquer política que vise abrandar a espiral inflacionária ficará comprometida, se as elevações salariais se processarem de forma imoderada”

Durante os anos em que o país foi governado por João Goulart, tanto sob o parlamentarismo, como após o retorno do regime presidencialista, não faltaram nas páginas do Boletim Informativo referências aos equívocos governamentais que alimentavam a ciranda inflacionária, que se pretendia combater. Como veremos a seguir, para estas entidades os problemas advindos da administração pública originavam uma complexa rede viciosa que se encontrava na raiz do tripé representativo da crise. Desta forma, para a FIESP/CIESP as mesmas ações – ou omissões – que impediam o controle e aceleravam o processo inflacionário contribuíam também para a estagnação da economia e, de certa forma para a crise externa. Alinhavando uma série de excertos das publicações da entidade é possível reconstruir esta cadeia de acontecimentos da forma como eram vistos pelas entidades.

Primeiramente, se para a FIESP/CIESP a contenção do processo inflacionário passava essencialmente pelo controle dos gastos excessivos do setor público e pelo reajuste salarial na medida do aumento do custo de vida, algumas políticas defendidas ou apresentadas pelo governo Goulart e seus partidários eram vistas como altamente inflacionárias. Falamos das políticas ditas redistributivistas, que visavam a ampliar os direitos trabalhistas. Estas políticas, algumas apresentadas pelo presidente, outras por parlamentares de sua base, eram vistas pelos industriais como grandes majorações em seus custos. Melhor repartir a renda, refletia o editorial da publicação mensal das entidades industriais paulistas, não é o mesmo que onerar custos. “E isto apenas – onerando os custos - é o que está sendo feito ultimamente com esse bom número de proposições legislativas de pretenso efeito redistributivistas”. Algumas destas proposições arroladas no discurso empresarial já haviam sido votadas e transformadas em lei, outras se encontravam próximas de serem aprovadas com o endosso do governo. Referia-se o mesmo editorial, entre estas políticas, às que decretavam férias de trinta dias,

dias de seis horas para mulheres, o décimo-terceiro mês de salário, entre outras. Seguia ainda afirmando que tais medidas, “por compulsórias, imediatamente se convertem em adicionais encargos sociais, onerando os custos e elevando os preços, sem, portanto, repartir efetivamente a renda”. Desta forma, os industriais desqualificavam as medidas do governo afirmando que nem mesmo em atingir seus intuitos redistributivistas tais leis obtinham êxito, dado que a elevação de preços por elas acarretada corroía os ganhos reais dos trabalhadores. Não bastasse, criticavam os industriais, diante deste complexo quadro gerado pelas leis redistributivistas, ficava o governo sobre a seguinte encruzilhada; ou, em contrapartida ao excesso de liberalidade quanto aos benefícios sociais, reduzia o dinamismo industrial por meio de uma rígida política de crédito, levando o país à recessão e ao desemprego, ou, se mostrava duplamente flexível e tolerante, e com isto continuava atirando cada vez mais lenha na fogueira da inflação .

Por outro lado, o histórico “trabalhista” do presidente havia deflagrado, com sua posse, o acirramento de uma série de reivindicações de reajustes salariais por parte do funcionalismo público. O caso, talvez mais expressivo, era o dos trabalhadores portuários, que possuíam sindicatos muito bem organizados e que conquistaram, sob a anuência de Goulart, relativa autonomia da estrutura corporativa “getulista”, o que os levou inúmeras vezes a conquistas salariais expressivas. Tal quadro era apresentado pela indústria como verdadeira afronta aos interesses nacionais. Afirmavam os industriais ser o porto de Santos um dos mais caros do mundo, devido principalmente ao alto custo atribuído aos trabalhos de recebimento e carregamento de mercadorias. Para eles tal situação inviabilizava qualquer programa de contenção de custo de vida que o governo quisesse executar . Edição após edição, o Boletim Informativo do CIESP/FIESP continuava apontando o mesmo problema, sem que, ao menos aparentemente, o governo apresentasse alguma medida que atendesse aos seus anseios:

“Os serviços de mão-de-obra dos nossos portos são os mais caros do mundo, existem privilégios inconfessáveis, mas nada disso pesou na balança. Os sindicatos representativos das categorias que monopolizam as atividades de trabalho nos portos ameaçaram com uma

greve caso não fossem atendidos, e mais uma vez o governo recuou. [...] O Loide é uma organização deficitária que custa anualmente bilhões e bilhões aos cofres da nação. Quem paga os déficits do Loide é povo através de impostos, ou na insuficiência destes, fazendo funcionar a máquina de emissão, o que dá no mesmo” .

Não se resumia, entretanto, ao setor portuário o “problema” do excesso de benefícios trabalhistas. Para as entidades de representação industrial do estado de São Paulo, era motivo de preocupação crescente, segundo afirmavam, a política salarial que vinha sendo adotada pelas empresas estatais. Defendiam os industriais que algumas dessas empresas eram donas de verdadeiros monopólios, o que as permitia, por consequência, estabelecer preços conforme entendessem e assim auferirem lucros cada vez maiores. “Os salários pagos aos seus funcionários, as gratificações de fim de ano, as vantagens de toda ordem atribuídas aos trabalhadores não pode[ria]m ser acompanhadas por empresas privadas”, defendiam as entidades paulistas, dado que estas empresas não desfrutavam do ambiente livre de concorrência que desfrutavam os monopólios estatais. Exigiam os industriais, desta forma, que a política salarial do governo, que era quem controlava estas empresas, não fosse diferente da existente nas empresas privadas, que resultava, segundo os mesmos, das próprias condições econômicas do país .

Diante deste quadro, liam-se nas publicações da indústria paulista pronunciamentos apelando ao exercício da autoridade federal contra as reivindicações salariais consideradas excessivas. Preocupado com os reflexos da política salarial do governo em seus estabelecimentos particulares, o empresariado também se pronunciava solicitando ao mesmo que reajustasse de forma “responsável” o salário mínimo, apenas no nível dos aumentos do custo de vida. Ponderavam que se os níveis salariais excedessem aos aumentos apurados no custo de vida, o governo estaria estimulando a corrida de preços, enquanto sua função deveria ser exatamente a oposta, buscando contê-la de todas as formas .

Dias depois de circularem as publicações industriais solicitando reajustes “responsáveis”, o governo anunciava os novos salários e a reação da indústria paulista era imediata:

“[...] o governo impulsionado por motivos que ignoramos, entendeu abstrair o aspecto legal do problema e decretou a revisão dos mínimos salariais então vigentes para entrarem em vigor a partir do dia 16 do corrente, em bases que consideramos acima dos níveis apurados do aumento do custo de vida” .

A política salarial “frouxa” era, segundo o empresariado, acompanhada de uma política creditícia “rígida”. Ou seja, ao mesmo tempo que o governo não continha seus gastos através de reajustes mais “realistas” dos salários do funcionalismo, pretendia fazê-lo reduzindo o crédito público. Com a Instrução 225 da SUMOC, ampliou-se a restrição de crédito para os bancos privados através do aumento dos percentuais de depósitos compulsórios. Tal medida foi duramente criticada pelos industriais, principalmente pelo seu contexto político, como visto no excerto seguinte:

“Se o setor empresarial privado foi enquadrado dentro de uma política creditícia desinflacionária, através da Instrução nº 225 da SUMOC, de maio do ano corrente, que aumentou os depósitos compulsórios dos Bancos particulares, é preciso, que os demais setores (salarial e público) se ajustem a uma política simétrica de combate à inflação” .

O círculo vicioso submerso na interpretação da crise realizada pela FIESP/CIESP começa a se completar na medida em que as contradições das ações do poder público começam a influenciar as ações privadas. Em outras palavras, argumentavam as entidades que a ação governamental de complacência com as reivindicações – muitas vezes por meio de greves consideradas ilegais – de benefícios excessivos por parte de setores trabalhistas, acabava gerando um clima de instabilidade geral na sociedade. Outros setores, em vista do sucesso dos sindicatos radicais, acabavam se encorajando a exigirem benefícios similares. A política “omissa e complacente” do governo de não apenas tolerar os movimentos trabalhistas “radicais” como também de, frequentemente, atender suas aspirações produzia um clima de conflito entre trabalhadores e empresários.

“Quem folhear as colunas da nossa imprensa ou ouvir os programas informativos dos rádios e televisão, ficará estarelecido e crente

plenamente de que tudo esta perdido neste país, que caminhamos a passos de gigante para uma convulsão social que levará de roldão nossas instituições e as conquistas democráticas do povo brasileiro” .

Esse clima de confronto, essa total ausência de perspectivas de controle da inflação, bem como dos rumos da economia produziam um efeito psicológico na classe empresarial que as próprias entidades representativas do setor apontavam como inibidores de novos investimentos. Analisando estudo da Fundação Getúlio Vargas acerca do comportamento da economia durante o ano de 1961 o Boletim Informativo do CIESP/FIESP infere:

“[...] que predominou em alguns setores industriais certo clima de incerteza em relação ao futuro. Este clima, conquanto não tenha influído no andamento dos projetos em curso, induziu os empresários a retardar o início e execução de novos projetos, fato que poderá refletir negativamente, se bem que em pequena escala, na expansão industrial futura” .

Não é preciso longa tergiversação para preencher a tese subliminar do discurso industrial. Se já estavam dadas as fontes da crise inflacionária e do aprofundamento da estagnação, a crise externa era apontada como reflexo da ausência de uma política de incentivo às exportações, e completada pelo afastamento de capitais externos, gerado pelas políticas de corte nacionalista e pela insegurança institucional do governo brasileiro.

Diante deste quadro, a principal reivindicação política dos industriais, durante o período parlamentarista do governo Goulart, consistiu no uso da autoridade pública em defesa da ordem jurídica. A ordem jurídica, que na visão destes, não era suficientemente zelada pelas autoridades, correspondia à defesa dos princípios democráticos, da livre iniciativa e da propriedade privada. A ação governamental pleiteada consistia no combate às greves ilegais, no não atendimento às reivindicações que comprometessem o andamento do sistema econômico e na segurança e tranquilidade aos empreendimentos produtivos.

“Nenhum fundamento justifica a ausência ou a omissão quanto aos deveres da autoridade, no que respeita à observância daquela ordem [jurídica], porque esse procedimento corresponde à própria negação da

legalidade e produz sempre um duplo e maléfico efeito na vida social. Determina clima de insegurança e inquietação para quantos se empenham nas múltiplas atividades cotidianas, sendo que, de outro passo, estimula e exacerba a ação conturbadora dos que, sob os mais variados intuitos, passam a atuar com crescente audácia. Como é óbvio, um ambiente dessa natureza não pode favorecer, mas, ao contrário afugenta os investimentos de que carecem muitos setores da nossa economia, o que depois repercute na vida do trabalho, onde os índices de emprego passam a sofrer redução contínua” .

Estava completo o círculo vicioso. Os déficits públicos financiados de forma inflacionária eram ampliados pelo inchaço da folha de pagamentos pública. A ampliação dos salários públicos pressionava o setor privado para que efetuasse reajustes salariais maiores, o que aliado ao aumento de benefícios trabalhistas elevava os custos e, conseqüentemente, os preços industriais. O clima de preços sem controle aliado ao acirramento de ânimos entre capital e trabalho, assentado sobre a omissão do poder público, tornava crítico o ambiente para novos projetos de investimento. A redução dos investimentos nacionais e estrangeiros consolidava, assim, a crise vista no quadro de estagflação ocorrido, principalmente, nos anos 1962-63, no Brasil.

Em síntese, os industriais viam a inflação como a fonte da crise financeira que se alastrava sobre o país, ao mesmo tempo em que as ações políticas demagógicas aliadas à ausência de autoridade, eram vistas como as raízes da crise política reinante desde a renúncia de Jânio Quadros. O empresariado paulista reconhecia que o momento era crítico e, portanto, exigia sacrifícios de todas as partes. Mostrava-se, ao menos no discurso, disposto a aceitar restrições, desde que percebesse que outros setores – trabalhadores e governo – também estivessem dispostos a tolerá-las. Como vimos, não foi este o caso, na visão dos associados da FIESP/CIESP, ocorrido durante o governo de João Goulart.

“Infelizmente, entre nós, pretendemos vencer a crise que nos infelicita aumentando os encargos sobre a produção, o que vale dizer, tornando-a mais cara, mais inacessível ao povo, quando o caminho deveria ser outro. Na verdade o problema crucial que teremos de resolver

é o de produzirmos mais, em condições econômicas mais satisfatórias, e isso não será alcançado com iniciativas como as que vimos apontando” .

O Plano Trienal, as reformas e o empresariado industrial

João Goulart iniciou seu governo sob o regime presidencialista em janeiro de 1963, diante da necessidade de manter sua base política trabalhista, ao mesmo tempo em que dependia, para sua sustentação, de legitimar suas ações, especialmente as reformistas, diante do empresariado industrial. Como afirma Fonseca²⁵, as ações do governo Goulart estiveram sempre carregadas de sua busca por reconhecimento. Neste caso, consideramos que o histórico político de Goulart já o legitimava diante dos setores trabalhistas. Sendo assim, não seria este seu propósito fundamental. A legitimidade pretendida por Goulart não seria diante da sociedade civil como um todo, mas sim diante do empresariado industrial.

Inspirado e assessorado por técnicos estruturalistas, o governo Goulart considerava tarefa possível legitimar-se diante dos industriais, ao mesmo tempo em que mantinha sua trajetória trabalhista. Para os estruturalistas, o momento histórico que vivia a nação opunha exatamente os setores progressistas – indústria e operários – contra os setores retrógrados ou “entreguistas” representados pelos grandes proprietários rurais, pelos setores comerciais e financeiros ligados a interesses internacionais e seus representantes políticos. Esta aliança havia sustentado o governo Vargas e, pode-se afirmar, a “construção do capitalismo” no Brasil. Diante deste contexto, o presidente Goulart iniciou seu governo presidencialista alicerçando sua política econômica no conhecido Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Plano Trienal, a ser implementado a partir de 1963, propunha-se a uma tarefa, cara às correntes estruturalistas, e também aos

²⁵ Fonseca, Pedro Cezar Dutra, “Legitimidade e Credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 3., jul./set. 2004, p. 587-622.

industriais, de conter a aceleração inflacionária sem, contudo, comprometer o desenvolvimento do país. Ao menos de início parecia ser possível a conciliação pretendida pelo governo Goulart. O Plano reduziria o custo de vida, manteria a economia aquecida, gerando emprego e renda, e paralelamente, ainda pretendia angariar o apoio da indústria para a realização das reformas sociais. A indústria encontra seus anseios previstos no Plano, e imediatamente declara seu apoio.

“O desejo manifesto de corrigir o crônico desequilíbrio orçamentário, fonte primeira do nosso processo inflacionário, significa, para os homens de empresa, a volta do tão desejado ambiente de tranqüilidade para novas inversões e para o incremento da produção. [...] O Plano do Governo e a série de esclarecidas e oportunas manifestações emanadas do Senhor Ministro da Fazenda, dando aos nossos problemas econômicos uma solução adequada, merecem o aplauso da indústria nacional”.

Com o Plano Trienal, o Governo Federal se propunha a conter o déficit orçamentário sem cortar investimentos cruciais à indústria. Por sua vez, defendia reajustes “responsáveis” ao funcionalismo público e corte de despesas consideradas supérfluas. Concomitantemente, o governo preparava uma missão aos Estados Unidos e à Europa, com a finalidade de renegociar dívidas vincendas e angariar novos empréstimos junto a estas nações. Tudo parecia desanuviar o ambiente para a indústria. Os anseios de legitimidade de Goulart pareciam se concretizar, quando seu Ministério alcançava seus objetivos de ser referendado pela indústria.

“Convenhamos que a presença de homens como José Ermírio de Moraes, Santiago Dantas, Hélio de Almeida, Antonio Balbino, Teotônio Monteiro de Barros e Paulo Pinheiro Chagas no novo Ministério, é uma garantia de que os negócios públicos serão conduzidos dentro de uma linha de bom senso e equilíbrio, de respeitabilidade e de decência. [...] criou-se, assim, um clima de otimismo e de confiança que nos permitirá, Deus o queira, deslancharmos daqui por diante”.

O otimismo empresarial era seguido, entretanto, pela desaprovação pelos setores trabalhistas das ações governamentais. O Plano Trienal foi, desde sua apresentação, combatido fortemente pelos

setores “à esquerda” mais radicais. Este setor foi alcunhado por membros do governo como “esquerda negativa”, contraposta à “esquerda positiva”, composta por Santiago Dantas e Celso Furtado, dentre outros favoráveis à “aliança com a burguesia nacional”. O governo, desta forma, ao mesmo tempo em que avançava e tinha êxito em sua política de se legitimar diante da indústria, perdia terreno entre os sindicatos, sua principal e histórica base de apoio. Setores organizados dos trabalhadores, estudantes, entre outros, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) posicionaram-se frontalmente contrários ao Plano. O próprio Ministro do Trabalho Almino Afonso, considerado da esquerda do PTB, tinha dificuldades em defender o Plano Trienal.

A indústria, otimista com plano, e, como forma de pressionar o governo a manter-se firme em seu rigor de cumpri-lo, apresentava um rol de colaborações que se dispunha a oferecer, conclamando os empresários a cumprir uma série de metas:

“1° - Os reajustamentos de preços dos produtos industriais devem restringir-se à efetiva e estrita elevação dos custos, evitando-se, destarte, os efeitos danosos provenientes da desarticulação da política anti-inflacionária, resguardadas naturalmente, as empresas, das consequências nocivas da descapitalização; 2° - as compras, para “estocagem”, devem ser refreadas ao nível das necessidades do comprador, independentemente do seu poder aquisitivo, a fim de impedir pressões desnecessárias sobre a demanda de bens; 3° - acordo voluntário e urgente, entre as classes empresariais, objetivando a diminuição do número de prestações nas vendas a crédito; 4° - incrementar a produtividade, com a indispensável colaboração dos trabalhadores, visando à diminuição dos custos” .

Diversos sindicatos patronais, o das indústrias automobilísticas na vanguarda, se manifestaram de forma favorável ao plano, comprometendo-se com os itens acima arrolados. Todos os comunicados da indústria, no entanto, se apresentavam sempre, condicionados: o apoio industrial se concretizaria “desde que” o governo “desse o exemplo”.

Já em março a indústria paulista inicia ponderações acerca do excessivo arrocho no crédito ao setor privado por parte dos bancos oficiais, que somada à ampliação da exigência de depósitos compulsórios dos bancos particulares, inviabilizava a liquidez de diversas empresas, deixando outras em situação complicada. Já aparecem nas publicações da indústria referências a problemas do Plano Trienal a serem equacionados. Em reunião da diretoria da FIESP e do CIESP realizada em 18 de março de 1963, a questão da escassez de crédito é debatida. Duas semanas depois, em 8 de abril, os diretores deliberam o envio de telegrama ao Ministro Santiago Dantas, informando-lhe da situação e solicitando providências. Em 15 do mesmo mês, a diretoria apresenta a resposta de Dantas assegurando a criação de agência especial para atender as demandas de capital de giro das empresas, por meio de recursos do BNDE e do Banco do Brasil. O problema, entretanto, ainda não estava resolvido, e em 22 de abril, Raphael Noschese, presidente das entidades, afirma ter entregue a Dantas dossiê referente ao problema de crédito.

“Podemos afirmar hoje, que o rigorismo aplicado nas limitações de crédito, criou uma situação de grandes dificuldades na indústria paulista. De um modo geral, a indústria sofreu forte redução de vendas de seus produtos, e viu-se obrigada a acumular stocks (sic), cujo ônus financeiro não poderá suportar por mais tempo”.

Ao lado do problema da escassez do crédito, outras políticas públicas, inviabilizavam, segundo a indústria, o cumprimento de suas metas de contribuição. Dentre estas, destacavam os industriais, os reajustes salariais acordados ainda em 1962 a serem concretizados em 1963, e a desvalorização cambial realizada pelo governo que tornavam mais caras as matérias-primas importadas, fatores estes ampliados pelo aumento das exigências de depósitos antecipados para importação. Ainda citavam o aumento dos custos com matérias-primas, devido aos reajustes de preços dos bens intermediários produzidos pelas empresas estatais. Por fim, outro fator que teria aumentado os custos industriais havia sido a elevação dos estoques devido à redução de aquisições do varejo, em vista da expectativa de redução dos preços geradas com o Plano Trienal (BI 715, 1963). A “falta de colaboração” dos sindicatos operários era

outro fator preocupante diante da pressão que novos reajustes salariais acarretariam sobre os custos industriais, e conseqüentemente sobre os preços. O Boletim da FIESP/CIESP já começava a reproduzir o descontentamento industrial:

“É preciso, portanto, que as autoridades dêem o exemplo, tomem medidas objetivas, pois do contrário, tão bons propósitos manifestados por setores vitais da produção não resistirão, dentro de algum tempo, à pressão aumentista. Um fator profundamente negativo, por exemplo, foi o acordo inter-sindical realizado com os trabalhadores metalúrgicos do Interior. O aumento foi de 70%, a partir de 1º de março de 1962, compensando-se os acréscimos já concedidos a partir daquela data base. [...] Muito mais ponderável sob a influência que terá nos preços porém, é o anunciado aumento dos produtos de Volta Redonda. [...] Se a intenção dessa empresa prevalecer, de realizar um aumento de 20 a 30% em seus produtos, adeus o plano de contenção de preços ao qual se comprometeu aderir a indústria automobilística” .

Aliado a estas dificuldades, em meados do ano a indústria já começava a sentir os sinais do desaquecimento na economia que se demonstraria no pífio crescimento de 1% ao final do ano, e creditava tal acontecimento ao excessivo arrocho creditício do Plano Trienal.

O retorno do pessimismo aos setores industriais foi traduzido no Boletim Informativo de 17 de setembro, em seu editorial:

“Quando o Congresso Nacional devolveu ao Chefe da Nação os poderes que ele reclamava, levando-se à conta do parlamentarismo o desgoverno que imperava no país, todos respiravam aliviados. Íamos ter, finalmente, um governo de verdade, disciplinado, ordenado, comandando, tomando providências, finalmente impulsionando os negócios públicos. Os meses passaram-se e para a desolação de todos, a situação não melhorou” .

Os problemas detectados pela indústria durante os anos do parlamentarismo voltam ao seu discurso. A ausência de autoridade, os reajustes salariais, os benefícios sociais “irresponsáveis”, as greves ilegais não combatidas, as propostas de encampação e estatização de empresas, além dos discursos enfáticos em prol das reformas de base passam a “atormentar” a indústria e direcioná-la à oposição declarada ao

governo. Um projeto legislativo, apoiado pelo governo, que propunha reajustes automáticos nos salários em decorrência de aumentos da inflação, foi o estopim para a indústria se posicionar oficialmente na trincheira oposta ao governo. A proposta, que ficou conhecida como Projeto de Salário Móvel, foi interpretada pelos industriais como sendo a desistência das autoridades federais do combate à inflação. Afirmava o semanário do empresariado paulista, que tal projeto governamental implicava, em seu bojo, a tomada de posição de que a inflação não mais consistia numa “enfermidade social e econômica” que se devia enfrentar e combater. Com o salário móvel, a inflação assumia para o governo, segundo a publicação, o status de fenômeno permanente, contra o qual não valia mais a pena lutar .

O projeto acabou não seguindo em frente, mas a reconciliação entre os industriais e o governo não parecia mais ser possível, e o Plano Trienal fracassou. Na visão das indústrias por falta de empenho governamental em controlar as pressões de grupos demagógicos e populistas. Na visão do governo, por falta de colaboração da indústria e dos sindicatos em aceitarem perdas imediatas em seus lucros e salários, visando à resolução do problema maior. O governo, ou ao menos parte dele, percebeu que a legitimidade que parecia haver conquistado junto à indústria quando do anúncio do Plano Trienal, nunca se estendera para a defesa das chamadas reformas de base. Em síntese, a defesa das reformas em momento nenhum foi encampada pela indústria, nos termos em que eram expressas pelo governo.

Tal fato fica claro, quando notamos que, ainda durante o período parlamentarista e, portanto, meses de forte preocupação da indústria com os rumos do país, em reunião das diretorias da FIESP/CIESP, em 13 de dezembro de 1961, seus membros já apresentavam sua insegurança quanto às reformas. Afirmava, então, um dos diretores das entidades, Oswaldo Palma, que de acordo com o resultado de enquête realizada pelo jornal Correio da Manhã entre os industriais, podia-se concluir que “[...] há[via] indecisão e temor, principalmente entre os jovens industriais, em apoiar as reformas de base que, tão insistentemente, têm sido preconizadas” .

A defesa das reformas, algumas de consequências verdadeiramente revolucionárias na estrutura econômico-social do país, em meio ao contexto de incertezas do período parlamentarista, parecia mais afugentar que aglutinar os industriais. Em novembro de 1961, em editorial de seu Boletim Informativo, as classes industriais paulistas apresentavam sua sensação diante da defesa das reformas:

“Comentamos o fato de estar o país todo perturbado pela incessante proclamação de que ele precisa de reformas de base, sem que, na verdade, elas surjam ou sequer pareçam que vão surgir. [...] Por isso, a ansiedade que domina todas as classes, em virtude das afirmações reiteradas de que grandes e profundas reformas devem ser feitas no Brasil, é sobremodo intensa” .

Algumas reformas, como a bancária, que preconizava a criação de um Banco Central, entre outras medidas tendentes a reorganizar e dar maior eficiência ao sistema financeiro nacional, até eram apoiadas pela indústria. Neste caso, defendiam os industriais ser a reforma justificada devido ao fato de ter a estrutura econômica evoluído a passos largos, enquanto a legislação teria ficado reconhecidamente obsoleta, não sendo capaz de atender às necessidades urgentes que o desenvolvimento econômico dela cobrava. Sem esta reforma, reconheciam os industriais, poderia se comprometer o próprio desenvolvimento econômico nacional, especialmente no que dizia respeito à questão da circulação creditícia .

Outras, como a reforma fiscal, eram combatidas mais por seu conteúdo que por seu mérito. Neste caso específico, o que se combatia era seu viés onerador. Para a indústria, as alíquotas cobradas já eram altas. Assim, o que reduzia sobremaneira as receitas públicas seria o enorme índice de sonegação, propiciado pelo ineficiente mecanismo arrecadador do Estado. Desta forma, ao invés de ampliar as alíquotas, ou mesmo de criar novos impostos, a reforma deveria, na visão da indústria, ser administrativa, com a finalidade de fortalecer as agências de arrecadação e de fiscalização e combate à sonegação de impostos.

“Há anos que se aguarda com ansiedade uma reforma tributária que se adapte ao nosso processo de desenvolvimento econômico, que o estimule mediante medidas fiscais de incentivo. Se o governo se aparelhasse devidamente, não haveria necessidade de novos aumentos,

pois algumas alíquotas, sobretudo de imposto de renda, já são realmente extorsivas. Agravá-las e exigir que somente uma parte dos contribuintes pague, como até hoje, enquanto que a outra sonega, é uma injustiça que clama aos céus” .

Se, no caso destas reformas, o apoio dos industriais era concedido, ou condicionado, no caso da reforma agrária, a principal dentre as reformas, a posição industrial era mais clara. Os industriais tinham uma interpretação própria da questão agrária, e em vários aspectos, diametralmente oposta à visão oficial. Os industriais e os estruturalistas do governo concordavam que a agricultura não havia acompanhado o desenvolvimento econômico do país e que, portanto, apresentava sinais de atraso que precisavam ser superados. As formas de superá-los, entretanto, eram significativamente diferentes entre as propostas de reforma oficial e a industrial.

“Ninguém pode ser contra a Reforma Agrária desde que por isso se entenda a melhoria do padrão de vida do homem do campo, melhor saúde, maiores possibilidades de educação; desde que por isso se entenda melhoria da técnica de plantio e de produtividade; desde que por isso se entenda melhores transportes para os produtos agrícolas e uma rede eficiente de armazéns e silos para que se possa garantir o fornecimento na entre-safra (a perda dos produtos agrícolas por falta de armazéns e silos é calculada em cerca de 30 a 40% da produção); desde que por isso se entenda financiamento pronto e adequado para que o homem do campo não se veja na mão dos intermediários (poucos e poderosos) que são verdadeiros aproveitadores do esforço, do trabalho e do sacrifício do lavrador. Mas tudo isso não significa que se deva ser a favor de projetos que, para se aproveitar do clima emocional forjado por políticos profissionais, se intitulem de Reforma Agrária quando, na realidade, não passam de simples esquiteamento de áreas maiores em menores, sem proveito para ninguém e com prejuízo para a lavoura e a economia do país” .

Os industriais não concordavam com a necessidade de se distribuir a terra e acabar com os grandes latifúndios que caracterizavam a propriedade rural brasileira. Para eles o que faltava ao campo era uma política de incentivos creditícios que possibilitasse ao setor rural se

desenvolver e se automatizar e, assim, ampliar sua produtividade e eficiência. A simples divisão de terras não parecia aos industriais apresentar ganhos. E, sua imposição poderia acarretar em conflitos, desestabilização do campo e, portanto, mais problemas que soluções.

Ficava claro que a aliança – empresariado (ou burguesia industrial) e trabalhadores – tal como preconizavam os adeptos da “esquerda positiva” parecia não fazer mais parte do projeto industrial, como, aliás, o desfecho do segundo governo Vargas já havia demonstrado. Neste sentido, é fundamental a apreciação da formatação deste projeto, que após criar suas raízes no final do segundo governo Vargas, tem na administração de Kubitscheck, definida sua expressão .

A aproximação de Kubitscheck com o capital externo, tendo-o como uma das bases de seu tripé de desenvolvimento, além da convivência pacífica de seu projeto desenvolvimentista com o setor agrário “arcaico e conservador”, reflete stricto sensu, a estrutura do padrão de desenvolvimento capitalista pretendido pelo projeto de classe industrial. A citada aliança empresário/trabalhador, tão crucial na formatação do Estado Novo de Vargas, dá lugar à aliança de classe – indústria e agricultura – frente aos avanços das reivindicações dos trabalhadores. A ideologia do projeto industrial, assim, o afasta a passos largos do modelo de desenvolvimento pretendido pelos estruturalistas e por Goulart, e neste sentido a defesa das chamadas Reformas de Base, constitui-se no marco da incompatibilidade entre ambos os projetos para o país.

Conclusões

Notamos através da literatura que aborda o período, bem como dos discursos do presidente Goulart, sua predisposição em legitimar-se diante da sociedade. Levantamos aqui a hipótese de que o governo buscasse na verdade legitimar-se diante do empresariado. Isto ocorreu, pois, acreditava o governo, ser necessária uma conciliação entre empresariado e operários – os setores progressistas do país – para superar o atraso e realizar as reformas necessárias para o país. Desta forma, o governo, principalmente os representantes da chamada

“esquerda positiva”, procurava se afastar de ações que pudessem ser consideradas demagógicas e populistas e se mostrar empenhado, não só em conter a inflação, como em manter o desenvolvimento econômico, ganhando para tanto o apoio da indústria. O governo, no entanto, demorou a perceber que este apoio não se estenderia para seus projetos de reforma. A indústria já se encontrava em outro patamar de desenvolvimento.

Neste sentido, se para o governo Goulart a dicotomia existente na sociedade a dividia entre progressistas e atrasados, para a indústria a divisão era outra. Claramente, a indústria situava-se no campo da defesa da livre iniciativa e da propriedade privada contra o que classificava como estatismo e “demagogia populista”. Desta forma, enquanto o governo Goulart agia no sentido de se aproximar da indústria, esta se aproximava cada vez mais das bases dos grandes proprietários de terra, que com ela dividia as fileiras da defesa da propriedade privada e da livre iniciativa, e se afastava do governo, que reunia parte dos setores que a indústria agora se propunha a combater.

A citação a seguir, publicada em seu semanário, deixa evidente quais eram os antagonistas do projeto industrial:

“Feita nossa profissão de fé no regime em que vivemos, na democracia, na livre empresa, alertados os nossos homens responsáveis para o perigo da destruição dos pilares da nossa sociedade livre pelo estatismo, desejamos demonstrar como se está processando essa estatização, apoiada tanto pelos que se dizem apenas “nacionalistas”, sem se confessarem esquerdistas, como também pelos esquerdistas que se dizem nacionalistas”.

Analisando o governo Goulart a partir de sua relação com a indústria, notamos que diferente do que sugerem alguns analistas, o mesmo não foi um governo errático e sem rumo. Foi perceptível o projeto do governo em conciliar as classes industriais e trabalhadoras em torno de seu programa reformista. Na medida, entretanto, que o governo foi deparando-se com as dificuldades, ou mesmo a impossibilidade desta conciliação, ele optou em manter-se ao lado das reformas. Como, para a percepção empresarial, estas reformas representavam uma “afronta” à propriedade privada – principalmente no meio rural, o governo Goulart

acabou por angariar, como opositores, os setores que se incumbiam de por ela zelar – os empresários.

Os industriais ainda tentaram durante todo o período, direcionar o governo Goulart para um caminho mais próximo dos seus interesses. A relutância do governante em abandonar seu viés estruturalista, entretanto, mostraria ao empresariado que sua única saída seria a oposição. Sem o apoio industrial, que praticamente inexistiu durante todo o seu governo, Goulart não teve como obter êxito em seu programa de controle inflacionário, que dependia fortemente - por se tratar de um pacto social - da colaboração de empresários e trabalhadores. Os projetos do governo e do empresariado seguiam caminhos diferentes, e coerentemente com suas crenças e ideologias, nenhum se desviou de sua rota.

Concluimos, assim, que buscar explicações para o fracasso da administração Goulart, em uma possível inabilidade sua e de seu governo, consiste em grave miopia analítica. O período do qual trata este trabalho, deve ser caracterizado como um momento de definição e consolidação das estruturas econômicas que demarcariam o futuro do desenvolvimento capitalista no Brasil. E, é dentro deste quadro que o governo Goulart deve ser analisado. A vitória do projeto industrial, percebida no entusiástico apoio de seus líderes ao governo autoempossado após o golpe de 1964, delimita de forma duradoura os marcos do modelo de desenvolvimento brasileiro. Em poucos anos, tanto a inflação, quanto a crise estariam superadas e o país assistiria ao Milagre do desenvolvimento industrial. A rigidez com que os militares combateram as manifestações por demandas sociais e reajustes de salários, deixaram claramente delimitados, em campos opostos, quem eram os vencedores e quem eram os derrotados.

Referências bibliográficas

Abreu, Marcelo de Paiva, “Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964”. In Abreu, Marcelo de Paiva (org.), *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-212.

- Almeida, Mario Augusto Morato Pinto de, “A política econômica do Governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos”. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG em *Desenvolvimento Econômico*. UNICAMP, Campinas, 2010.
- Bandeira, Moniz, *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Bielschowsky, Ricardo, *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- Boletim Informativo do CIESP/FIESP (BI). São Paulo: CIESP/FIESP, 1961-1967. Semanal.
- Brasil. Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: Imprensa Nacional, 1962.
- Diniz, Eli y Boschi, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- Dreifuss, René Armand, *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Ferreira, Jorge, *Jango: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Ferreira, Jorge y Gomes, Ângela Castro, *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
- Ferreira, Marieta de Moraes, *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Figueiredo, Argelina Cheibub, *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Fonseca, Pedro Cezar Dutra, *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- “Legitimidade e Credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 3., jul./set. 2004, p. 587-622.

Fonseca, Pedro Cezar Dutra; Monteiro, Modesto y Marley, Sérgio, “Credibilidade e Populismo: a política econômica dos governos Vargas e Goulart”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 59, n.2, abr./jun. 2005, p. 215-243.

Furtado, Celso, “A Fantasia Desfeita”. In: Furtado, Celso. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 27-306. Tomo II.

----- “A Fantasia Organizada”. In: Furtado, Celso. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 87-360. Tomo I.

----- *A Pré-Revolução Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

Goulart, João. *Desenvolvimento e Independência*. Brasília: Gráfica IBGE, 1962.

----- *Desenvolvimento e Independência*. Brasília: Gráfica IBGE, 1963.

----- “João Goulart 1962-1964”. In: *BRASIL. Presidente. Mensagens Presidenciais 1947-1964*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1978. p. 361-435.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2003.

Leff, Nathaniel, *Política econômica e desenvolvimento no Brasil, 1947-1964*. São Paulo: Perspectiva, 1967.

Leopoldi, Maria Antonieta P, *Política de Interesses na Industrialização Brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Lessa, Carlos, *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

Loureiro, Felipe Pereira, “Relativizando o Leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros (jan-ago de 1961)”. In: *Encontro Nacional De Economia Da Associação Nacional De Centros De Pós-Graduação Em Economia*, 36. 2008, Salvador. [Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia], Salvador, ANPEC, 2008. p. 1-19. CD-ROM.

----- A “Última Chance”; o governo Kennedy e o Plano Trienal. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 10ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2011, Curitiba. [Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas], Curitiba, 2011.

Macedo, Roberto Brás Matos, “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)”. In: Lafer, Betty Mindlin, *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 51-68.

Melo, Hildete Pereira de; Bastos, Carlos Pinkusfeld Monteiro y Araújo, Victor Leonardo, “Um governo sitiado: a política econômica do Governo Jango”, In: *Congresso Brasileiro De História Econômica*, 6. 2005, Conservatória. Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas, Rio de Janeiro: Abphe, 2005. p. 1-30.

----- “A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado”. In: Ferreira, Marieta de Moraes, *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Mesquita, Mario, “1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart.” *Dissertação de Mestrado*. (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

Monteiro, Modesto y Marley, Sérgio, *Política Econômica e Credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Munteal, Oswaldo; Ventapane, Jacqueline y Freixo, de Adriano (org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2006.

Pinheiro Neto, João, *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

Plano Trienal. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, dez. 1962. Edição Especial.

- Resende, André Lara, “A política Brasileira de Estabilização 1963/68”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 3, 1982, p. 757-806.
- Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo y Motta, Rodrigo Pato Sá, (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EdUSC, 2004.
- Saretta, Fausto, “A reação da Confederação Nacional da Indústria ao Plano de Estabilização Monetária.” In: *Segundo Congresso Latinoamericano De Historia Económica* (Cladhe II), 2010. [Memorias del Segundo Congreso Latinoamericano de Historia Económica], Ciudad de Mexico: Cladhe, 2010. p. 1-22.
- Serra, José, “Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do após guerra”. In: Belluzzo, L. G; Coutinho, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 1980.
- Silva, Hélio, *1964: golpe ou contragolpe?* 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- Singer, Paul, “Análise Crítica do Plano Trienal”. In: Singer, Paul. *Desenvolvimento e Crise*, 3. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 97-126.
- Skidmore, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Sochaczewsky, Antônio Carlos, *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952-1968*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.
- Tavares, Maria da Conceição y Serra, José, “Mais Além da Estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil”, In Tavares, Maria da Conceição, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 155-207.
- Trevisan, Maria José, *50 anos em 5... A Fiesp e o desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Viana, Cibilis da Rocha, *Reformas de Base e a Política Nacionalista de Desenvolvimento – de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- Villa, Marco Antonio, *Jango: um perfil*. São Paulo: Globo, 2004.
- Wells, John Richard, *Growth and Fluctuations in the Brazilian Manufacturing Sector during the 1960s and Early 1970s*. Tese de doutoramento: Universidade de Cambridge, 1977.